



GRUPO IV

Coesão Social e Luta contra a Pobreza

Coesão Social e Luta Contra a Pobreza

PE. AGOSTINHO JARDIM MOREIRA

Presidente, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Um dos mais fortes impedimentos para uma maior concretização e eficácia das políticas de combate à pobreza prende-se com o fraco nível de participação e envolvimento de todos os actores sociais neste domínio, particularmente daqueles que vivem e enfrentam quotidianamente as situações de pobreza e exclusão social. Lutar contra a pobreza é uma tarefa colectiva.

A responsabilidade pela existência de pobreza e desigualdades nas nossas sociedades é de todos. A não concretização de tal envolvimento e co-responsabilização levar-nos-á a questionar a própria democracia.

A democracia é um processo e um movimento histórico. A democracia coloca cidadãos, cidadãs e a sociedade civil e as suas organizações e movimentos, no centro do desenvolvimento. Como movimento histórico, está e deve permanecer em construção.

As causas da pobreza e da desigualdade residem nas relações e nos processos económicos, políticos e culturais da sociedade e não naqueles e naquelas que sofrem diferentes formas de exclusão dos direitos da cidadania. Na visão da REAPN e de muitas outras organizações, não pode haver quebra no ciclo vicioso da pobreza e da desigualdade sem mudanças nas relações e nas formas de inclusão na sociedade. Exclusão e inclusão são partes da mesma lógica. É essa lógica que deve ser rompida. A exclusão e a desigualdade materializam-se em seres humanos concretos, em mulheres e homens, crianças, jovens ou idosos. São os que sofrem, passam fome, vivem na miséria, são discriminados(as) e desprezados(as), não têm acesso aos direitos fundamentais, são destituídos(as) de qualquer poder e possibilidade de participação. Mas estes não devem ser vistos(as) como meras vítimas, pois são parte da solução. Sem a sua emergência como sujeitos colectivos, com capacidade de reivindicação e luta, será difícil a mudança. A luta por novas formas de inclusão na cidadania é um enorme desafio na realidade cultural, política e económica e uma questão central para a consolidação da democracia. Por seu intermédio, geram-se as condições de uma nova solidariedade que contribui para transformar pobres e excluídos(as), que sofrem discriminação e injustiça, em sujeitos activos para uma maior democratização da sociedade.

Para ser capaz de integrar todos os “elos” da vida social e ser uma alavanca de mudanças, a democracia deve ser imaginada, pensada e gerada como cultura, como valor, como visão e como direcção e orientação. A democratização da sociedade deve ser permeada por mudanças nos valores, mentalidades, visões e práticas no interior da própria sociedade civil. Essa é uma área privilegiada de trabalho, a partir da qual se pode constituir uma maior capacidade organizativa, enquanto base da participação cidadã e da incidência desta na elaboração, implementação e avaliação das políticas.

Devemos actuar para que os sujeitos, individual ou colectivamente, tenham real capacidade de intervir na luta por uma outra sociedade, com valores éticos e responsáveis. Acreditamos na capacitação política dos diferentes actores sociais como forma de participação qualificada na luta contra as desigualdades e erradicação das condições geradoras de pobreza e exclusão social.

A desigualdade social e a democracia são incompatíveis. Impulsionar uma maior participação é impulsionar uma democracia que tem por base o bem comum e que é efectivamente o garante de direitos, deveres e garantias, ao invés da frequente manipulação que apenas serve o interesse de alguns. Para a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, o principal motor, enquanto estratégia do combate à pobreza, passa assim pela PARTICIPAÇÃO e pela capacitação dos actores.



As pessoas têm o direito a influenciar e a participar nas decisões que as afectam e a ver as suas opiniões, experiências e sentimentos reflectidas nessas decisões. Este é o grande desafio que deve constituir um verdadeiro desígnio nacional.

O conceito de “Cidadania Activa” é uma forma de pôr em prática a participação. A Cidadania Activa deve estar aberta a todas as pessoas residentes num determinado território e refere-se ao papel activo das pessoas, comunidades e suas organizações nas decisões que directamente as afectam.

As estruturas para o envolvimento nesta cidadania activa devem ser postas em prática através da criação de instituições que defendam uma democracia participativa e que tenham por base as instituições democraticamente representativas. Obviamente, é necessária uma forte vontade política e um empenhamento colectivo para atingir este objectivo.

As pessoas que enfrentam situações de pobreza e exclusão social são constantemente confrontadas com inúmeras barreiras quando procuram participar nas diferentes instâncias sociais, quando procuram exercer uma iniciativa ou uma escolha, ou quando, enfim, pretendem ser cidadãos activos.

Estas barreiras incluem a falta de confiança, a perda de capacidades, o isolamento, a falta de poder, bem como problemas financeiros, de emprego, de saúde, de discriminação e de fraco acesso a habitação, formação e educação.

Para ultrapassar estas barreiras as pessoas necessitam de suporte prático, recursos e encorajamento sem o qual “cidadania activa” e “democracia participativa” se transformam em chavões sem sentido e facilmente numa fonte de marginalização e exclusão social.

Se realmente quisermos ser sérios no que diz respeito à participação de todos e aprofundar e tornar efectiva a democracia, é essencial uma verdadeira vontade política para criar e adaptar estruturas, disponibilizar recursos, assegurar que efectivamente a voz destes é ouvida ao nível da elaboração e implementação e avaliação das políticas em todas as esferas e níveis de intervenção (local, nacional e europeu).

Na opinião da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, tendo em conta o momento actual e os principais problemas do país em termos de pobreza e exclusão social, existem 5 eixos estruturantes para tornar o combate a pobreza mais eficaz aos quais é necessário dar prioridade, nomeadamente, no âmbito do PNAI:

1. O reforço da Cidadania e da Participação da Sociedade Civil
2. A subsidiariedade como processo de comando
3. A articulação e interacção das políticas
4. Monitorização/Observação participada dos resultados: a avaliação.
5. A escuta e a dinamização da participação activa dos cidadãos que enfrentam situações de pobreza.

Quanto ao reforço da cidadania e da participação da sociedade civil, entendemos que é uma questão fundamental para uma boa governação e uma democracia participada e eficaz. Trata-se de um trabalho que tem como ponto central a questão dos direitos sociais fundamentais, claramente expressos na lei, mas sem expressão concreta na vida dos cidadãos e sobretudo daqueles que enfrentam situações de maior precariedade e exclusão social.

Por este motivo continua a ser claramente necessário:

- Investir ao nível da sensibilização e da informação;
- Apoiar as iniciativas de base local protagonizadas pelos próprios excluídos;
- Investir na formação de técnicos e dirigentes de ONG's com vista a uma maior implicação destes actores;
- Investir num contínuo conhecimento dos fenómenos de pobreza e exclusão;
- Avaliar as medidas de promoção da inclusão e o seu grau de eficácia e de articulação com as restantes políticas.



No que diz respeito ao princípio da subsidiariedade, entendemos que é ao nível local que em primeira instância devem ser procuradas, construídas e desenvolvidas as respostas aos diferentes problemas.

Para que este princípio possa efectivamente ser posto em prática, importa que sejam facilitadas estruturas de resposta a este nível, ou seja, o mais próximas dos cidadãos, quanto possível.

Uma outra questão fundamental é a articulação e a interacção das políticas - o famigerado conceito de *mainstreaming* - aplicado ao campo da luta contra a pobreza - significa a mobilização de todas as políticas e medidas gerais, sobretudo na fase de planeamento das mesmas, especificamente com o objectivo de combater ou impedir o surgimento de fenómenos de pobreza e exclusão social.

Por outras palavras, significaria que nenhuma política poderia ser implementada sem que fosse conhecido o seu impacto na produção, reprodução ou agravamento dos fenómenos de pobreza e exclusão social e que por sua vez tais políticas fossem articuladas e integradas.

Um outro eixo é a monitorização/observação participada de resultados: a avaliação do impacto das políticas

Entendemos que para este efeito importa consultar e promover a participação activa dos próprios desfavorecidos. Ouvir as pessoas, constatar a realidade em que vivem e ser consequente com aquilo que se detecta é fundamental. É urgente que a avaliação comande a definição e aplicação das políticas, sem medo de conhecer a verdade e os reais impactos de determinada decisão.

Por último, a escuta e a dinamização da participação activa dos cidadãos que enfrentam situações de pobreza e de exclusão social na definição, implementação e avaliação das políticas que directamente lhes dizem respeito. Trata-se de pôr em prática outro conceito muitas vezes citado mas ainda pouco concretizado: o conceito de *empowerment*.

As intervenções no domínio da luta contra a pobreza devem ter em vista, em primeiro lugar, a promoção e dignificação da pessoa humana e a centralidade destas intervenções deve situar-se na possibilidade de atribuir capacidades aos próprios afectados pela pobreza de conseguirem encontrar respostas e soluções para a resolução dos seus próprios problemas.

Para que tudo isto aconteça, é decisivo que este combate seja dotado dos recursos e que tal combate tenha um empenhamento político.